

## **O 15 de março de Collor de Mello (Rumo à crise institucional)**

*Victor Meyer<sup>1</sup>*

O Plano Collor atende aos interesses dos grupos monopolistas mais fortes, já presentes ou interessados na economia brasileira. Os grupos empresariais que suportarem o aperto monetário, o corte dos subsídios, o aumento da carga tributária e a queda no consumo, serão os mais aptos para liderarem a acumulação do capital no Brasil numa fase posterior de expansão. Estamos diante de uma estratégia de "modernização" capitalista, que evidentemente envolve uma mudança na facção burguesa hegemônica. O processo aberto implicará na perda de posição social dos grupos tradicionais que perderam eficiência e, ao final dessa reorganização da economia brasileira, o novo governo espera ter consolidado a posição de liderança dos grupos mais monopolizados, mais internacionalizados, mais avançados tecnologicamente e mais modernos em termos de processos produtivos.

Ao contrário dos planos de estabilização do governo Sarney, o Plano Collor não traz qualquer atenuante populista. A classe média é atingida logo de saída, os assalariados em geral e a classe operária em especial serão atingidas duramente, com a recessão, desemprego e arrocho salarial. As únicas metas apresentadas como de interesse geral da sociedade são a queda da inflação e o fim da especulação financeira.

Mas a inflação é, por excelência, um conflito em torno da distribuição da riqueza social. Logo, sua derrubada significa uma certa forma de resolução do conflito, logicamente a favor de um dos contendores. Com o novo Plano, os trabalhadores verão cair a inflação em meio às demissões em massa e à queda do seu salário real. É óbvio que esta via para a derrubada da inflação, esta solução decretada para o "conflito distributivo", está longe de indicar que foram os trabalhadores os vencedores. Muito pelo contrário. Os trabalhadores perderam. Perderam em 15 de dezembro e portanto tinham que sair perdendo no plano econômico do novo governo. Tudo isso é muito óbvio, mas às vezes é preciso começar ressaltando o óbvio.

Quanto à abolição da especulação financeira e a alegada retomada dos investimentos produtivos, apenas aparentemente o Plano Collor assemelha-se à antiga argumentação desenvolvimentista de JK. Nos tempos do populismo, a expansão capitalista e a inflação sustentavam o pacto social. Hoje, a via Collor passa por uma drástica recessão e pelo aumento da taxa de exploração. A meta é a expansão capitalista futura, com base na extração da mais-valia absoluta e relativa.

Desde quando a exploração capitalista é boa para os trabalhadores?

Ao promover a concentração do capital, o Plano Collor detona uma nova e mais acirrada fase de luta entre as facções burguesas. Sem os subsídios, enfrentando um arrocho monetário e fiscal, a burguesia se vê obrigada a um teste de seleção decisivo. Essa luta, em torno da hegemonia no Estado, se manifesta no terreno político. É uma luta acirrada porque o Plano não deixa margem para soluções intermediárias. Ele empurra as facções para um acerto de contas.

Essa luta teve antecedentes na década anterior. No governo Sarney, por exemplo, houve uma verdadeira gangorra na luta pelo comando das novas normas econômicas. Momento especial foi o Plano Cruzado, que tentou atacar a burguesia financeira. Mas aquele plano usava métodos populistas, tentando cooptar os trabalhadores através de um congelamento de preços que haveria de levar à queda da taxa de lucro na própria indústria. Além disso, o Plano Cruzado trazia também um componente nacionalista, inviabilizando o avanço

---

<sup>1</sup> Economista, Doutor em Administração Pública pela Universidade de Paris VIII. Foi Professor Assistente do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia da UEFS (Feira de Santana/BA) e Professor de Economia da UCSal (Salvador/BA). Falecido em 16 de abril de 2001, aos 52 anos. Mais informações em [www.centrovictormeyer.org.br](http://www.centrovictormeyer.org.br) > Acervos > Arquivo Victor Meyer.

pretendido pelas facções burguesas mais dinâmicas no sentido da internacionalização do capital.

Na fase final do governo Sarney nenhuma das facções dominantes estava em condições de tomar iniciativas efetivamente novas. O que resultou no imobilismo e fracasso do sistema de alianças historicamente associado à Nova República. O governo Collor dá sequência ao conflito, mas num novo patamar. Para se entender a mudança nos termos da luta entre as facções burguesas é preciso lembrar um acontecimento de grande importância, ocorrido no final da Nova República.

Trata-se do processo eleitoral de 1989, que revelou uma polarização da sociedade brasileira. Os trabalhadores estiveram bem perto da conquista do governo federal, e este fato calou no ânimo das classes dominantes. Para essas classes, tornava-se vital superar o imobilismo.

Prestigiado por haver salvo as classes dominantes da ameaça dos trabalhadores, Collor sentiu-se forte para assumir a bandeira da modernização capitalista, que como se sabe é a senha hoje empunhada pelas facções mais monopolizadas e internacionalizadas, Collor se sentiu em condições de quebrar o equilíbrio imobilista então existente, golpeando duramente o velho sistema de compromissos. O novo presidente colocou-se como árbitro, aparentemente acima dos conflitos. Até aqui, pôde fazer isso em nome do título conquistado em dezembro, de herói da burguesia.

Mas o Plano avança como um tanque de guerra sobre interesses materiais de algumas facções burguesas. A luta política "nas alturas" do poder vai portanto alastrar-se, atingir todas as trincheiras do aparelho do Estado. Mesmo que inicialmente todas as facções burguesas tenham reconhecido os serviços prestados por Collor à manutenção da ordem burguesa em seu conjunto, o consenso não vai poder prosseguir. Entre as metas do Plano e sua realização há a mediação da luta política. Collor sai na frente, cria um fato consumado de grandes proporções, o seu plano de estabilização. Mas as facções contrariadas, refeitas do impacto, relativizarão o respeito que devotam ao campeão da luta contra os trabalhadores. Lutarão para manter ou recuperar espaços, e o farão através do judiciário, através do Congresso Nacional, através dos diversos escalões ministeriais, ou simplesmente no interior de cada estabelecimento empresarial. Antes que a nova hegemonia firme suas regras, a luta entre as facções precisa chegar a um desfecho reconhecido por todos. Esse processo tem um nome: crise política.

Sendo que o fundo do quadro guarda um agravante. No fundo do quadro estão os trabalhadores, recém-saídos de um grande avanço em termos de consciência política. Eles anseiam por melhorias substanciais em suas condições de vida, e lutarão por elas. Mas o Plano Collor se confronta com essas aspirações, pois provocará desemprego em massa e arrocho salarial. Os trabalhadores, no entanto, estão organizados.

O primeiro passo de Collor para fazer frente a resistência operária foi a realização de uma manobra de ilusionismo. Convidou representantes do sindicalismo "amarelo" para compor o governo. Entregou a elaboração do Plano a uma equipe de tráfugas, mas cuidando para ressaltar a passagem dessas pessoas pela esquerda, num momento qualquer do passado. Quem chegou ao poder apoiado na mentira, usa a mentira como instrumento de luta logo nos seus primeiros passos. O Plano é mostrado pela propaganda oficial como "de interesse dos trabalhadores". Quando o primeiro momento passar e os interesses materiais contrariados furarem a barreira da mistificação, terá chegado a hora para Collor afastar a atual equipe e convocar os pesos-pesados que estão nos bastidores. Essa tática não é nova. O fascismo subiu na Europa usando inicialmente um disfarce socialista.

Os trabalhadores terão que lutar contra o Plano, terão que lutar quando a inevitável recessão se impuser e o desemprego aparecer cruamente. Terão que lutar quando seu salário cair, o que está previsto nos termos do Plano, e passará a ser meta prioritária para uma burguesia arrochada por confiscos monetários e por novos. Portanto, o governo Collor não enfrentará apenas as facções burguesas descontentes. Ele terá que enfrentar também a organização dos trabalhadores, enfrentamento que se dará em meio à crise social que a recessão criará. Os trabalhadores lutarão contra o Plano. Collor sabe disso e se prepara para se confrontar com as organizações sindicais e políticas dos trabalhadores.

A crise política poderá se transformar numa crise institucional porque Collor dificilmente conseguirá enfrentar os conflitos que seu plano desencadeia usando apenas o seu dispositivo atual. E porque os conflitos suscitados são de tal ordem que submeterão as instituições da democracia burguesa no Brasil a uma enorme tensão. A credencial de herói da batalha eleitoral garantiu a Collor a unidade burguesa e a propaganda louvatoria que dominou jornais, rádios e televisões. Mas Collor não poderá continuar se apoiando nesses lauréis por muito tempo mais. A luta pela hegemonia no aparelho do Estado é duramente potencializada com o plano de estabilização recém decretado. Na luta que se acirrará daqui para frente, as instituições do atual regime brasileiro serão postas em xeque e poderão se quebrar. O pequeno golpe dado sobre o Judiciário, através da medida provisória que veda medidas liminares, soa como um sinal dos tempos.

A experiência histórica mostra que as mudanças qualitativas no sistema hegemônico dentro do Estado passa por lutas intensas. E quando o processo é acompanhado por algum tipo de ameaça por parte das classes exploradas sobre a ordem em seu conjunto, as instituições são então submetidas a uma tensão extrema. No Brasil, o último grande marco na definição da facção hegemônica, fato coincidente com uma crise social e com um ascenso das massas exploradas, foi 1964 (com desdobramentos em 1968). Está certo que a história não deve se repetir, mas nem por isto se deve deixar de tirar lições da história. A estratégia de "modernização" lançada pelo Plano Collor acirra contradições entre as facções burguesas e entre a burguesia em seu conjunto e os trabalhadores. Essas contradições, transformadas em lutas já deflagradas ou latentes, serão levadas a um ponto de resolução. O Plano foi apenas um primeiro passo. Dada a precariedade do dispositivo político do novo governo, que é um sintoma da precariedade mais geral das instituições democrático-burguesas no Brasil, deve-se contar com a possibilidade de uma deterioração da crise política já em marcha e sua transformação numa crise institucional. O atual presidente pode estar tramando transformar o seu bombástico 15 de março num prenúncio para um posterior "18 Brumário".<sup>2</sup>

Os fatos atuais contêm um espécie de bomba relógio, e somente a resistência operária poderá dirigir um movimento para desativá-la.

*(Informe Conjuntural, Cepas - Centro de Estudos, Pesquisas e Assessoria Sindical, Salvador -BA, 19 de março de 1990)*

---

Este documento encontra-se em  
[www.centrovictormeyer.org.br](http://www.centrovictormeyer.org.br)

---

---

<sup>2</sup> Referência ao golpe de estado de Bonaparte, em dez. de 1851, na França, e objeto de uma obra clássica de Marx, intitulada "O 18 Brumário de Luiz Bonaparte".